



RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N. 05/2025

PA n. 0028.25.000623-7

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ** por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, no art. 8º, § 1º, da Lei Federal n. 7.347/1985, no art. 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/93 – que instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – no art. 2º, inciso IV, alínea “a” e “b”, da Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná (Lei Complementar n. 85/99), nos arts. 1º a 4º, da Resolução n. 23, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 107 do Ato Conjunto no 01/2019-PGJ/CGMP.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88), e que é seu dever zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, III, da CF/88), e promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88).

CONSIDERANDO o disposto no art. 230, *caput*, da Constituição Federal que prevê que *“a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”*.

CONSIDERANDO que *“é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”*, conforme previsto no art. 3º da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).

CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa preconiza que *“nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão”*,



sendo dever legal *“de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso”* (art. 4º, *caput* e §1º, da Lei n. 10.741/2003).

CONSIDERANDO que o direito de envelhecer é personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos da legislação vigente.

CONSIDERANDO que *a proteção da pessoa idosa, especialmente daquelas em situação de risco (hipervulnerável), é obrigação constitucional e legal irrenunciável bem como dever da coletividade, da família e do Estado, que não se insere na órbita da discricionariedade do administrador* (Julgados: REsp 1680686/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 07/08/2020);

CONSIDERANDO que *a pessoa idosa em estado de risco demanda rede de proteção imediata e humanizada, que a ampare em todos os aspectos e lhe assegure um mínimo de autonomia, pois a velhice não apaga o valor ou a necessidade de liberdade.* (Julgados: REsp 1680686/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 07/08/2020);

CONSIDERANDO o parágrafo único do inciso IV do artigo 27 da Lei n. 8.625/1993, que faculta ao Ministério Público expedir recomendação administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, requisitando ao destinatário adequada e imediata divulgação.

CONSIDERANDO o art. 2º, *caput*, da Lei Complementar Estadual n. 85, de 27 de dezembro de 1999, que antes de elencar funções atribuídas ao Ministério Público, reforça aquelas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil e Estadual e na Lei Orgânica Nacional.

CONSIDERANDO que o mesmo diploma legal supramencionado, no inciso III do §1º do art. 67 e no item 10 do inciso XIII do art. 68, dispõe que ao Promotor de Justiça incumbe, respectivamente, *“atender a qualquer do povo, ouvindo suas reclamações, informando, orientando e tomando as medidas de cunho administrativo ou judicial, ou encaminhando-as às autoridades ou órgãos competentes”, e “efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas e privadas com atuação na sua área”.*

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça a situação dos idosos VALDECIR MATANA, idoso de 72 anos de idade é deficiente visual e sua



esposa JOANA DOROTEA PAGNONCELLI MATANA idosa de 78 anos de idade é acamada por sequelas de uma AVC e outros problemas de saúde, os quais residem sozinhos e não possuem filhos;

CONSIDERANDO que até então os sobrinhos, Valdeir Massotti e Ivanieli Aparecida Biachssi, familiares residentes neste Município, revezam e se organizam para prover, dentro de suas possibilidades, os cuidados e necessidades dos idosos. Inclusive, revezando aos domingos e durante as folgas da cuidadora, para assisti-los;

CONSIDERANDO que a cuidadora comunicou a família que não poderá mais trabalhar para o casal, encerrando seus atendimentos no dia de hoje (15/12/2025);

CONSIDERANDO que a situação financeira do casal e dos familiares não é suficiente para custear cuidadores em período integral ou dois turnos, visto que os profissionais de saúde que acompanham o casal, consignaram que a falta de supervisão transcende o conforto do casal, mas visa protegê-los em razão do grave quadro de saúde da senhora Joana e da limitação visual de Valdecir que não lhe pode prestar qualquer auxílio;

CONSIDERANDO que segundo a sobrinha do casal ao procurar auxílio junto ao CRAS do Município de Capitão Leônidas Marques, recebeu a negativa do órgão, sob a afirmação de que a responsabilidade é exclusivamente dos familiares dos idosos;

CONSIDERANDO as informações da Secretária Municipal da Saúde, no qual o Ente Público admite a inexistência de entidades de acolhimento no município, bem como não possui equipe estruturada para atendimento domiciliar fora do horário regular e que, exigir o contrário, violaria a legislação trabalhista, as normas orçamentárias e os limites organizacionais da administração pública municipal (sic);

CONSIDERANDO que, segundo as declarações prestadas por Joana perante esta unidade ministerial:

Ela e seus primos ainda não conseguiram contratar alguém para cuidar dos tios. Que estão com muita dificuldade para encontrar alguém. Além dessa dificuldade, a família vem enfrentando uma dificuldade em conseguir apoio assistencial. Relata que na data de hoje compareceu no CRAS para retirar uma cesta básica para os tios e a moça do atendimento dificultou dizendo que precisava estar a par de toda situação. Que sabe dizer que os tios não recebem visita das técnicas do CRAS. Ainda, que a Proteção Especial foi uma única vez visitar os tios, devido um ofício do Ministério Público. Que a equipe da saúde está realizando as visitas na casa de Joana e Valdecir, a cada 15-20 dias. Valdecir faz acompanhamento com psiquiatra a cada 6 meses. Mas tanto Valdecir quanto Joana não fazem acompanhamento psicológico.



Que a atendida e seus primos estão muito preocupados com relação aos cuidados com os tios, uma vez que amanhã, 16/12, não haverá ninguém para cuidar deles.

CONSIDERANDO que, o casal de idosos não possuem filhos, e os familiares extensos já estão auxiliando dentro de suas limitações e da falta de mobilização dos órgãos assistenciais em promover o direito constitucional de proteção e assistencialismo a população idosa, somada a ausência de Instituição de Longa Permanência neste município, dada a complexidade clínica (Grau de Dependência III - Resolução RDC n. 502/2021 da ANVISA) dos idosos, torna-se imperiosa a institucionalização em local adequado;

CONSIDERANDO que a ausência de entidade sediada no Município de Capitão Leônidas Marques não exime o Poder Público de sua responsabilidade constitucional, devendo este promover a compra de vaga em instituição privada ou congênere em município limítrofe que ofereça o suporte de enfermagem 24 horas necessário à sobrevivência digna dos idosos.

Expede a presente **RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA** ao **Município de Capitão Leônidas Marques** e ao seu gestor, Prefeito **Maxwell Scapini**, à **Secretaria Municipal de Assistência Social**, representada pela secretária Senhora **Paula de Borba Julião** e a **Secretaria de Saúde**, representada pela senhora **Regina C. Antunes Scapini**, para que adotem, de imediato, as seguintes providências:

1. Que disponibilizem, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, suporte domiciliar profissional (técnico de enfermagem ou cuidadores capacitados) para auxiliar os idosos Valdecir Matana e Joana Dorotea Pagnocelli Matana em suas necessidades básicas, tais como higiene, banho, troca de fraldas, medicação, alimentação, diariamente em período integral, até a efetiva transferência para instituição adequada.

2. Que disponibilizem, imediatamente, atendimento psicológico aos idosos, inclusive como preparação deles para inclusão em ILPI;

3. Diante da inexistência de rede pública local, que providenciem, no prazo de 05 (cinco) dias, a inserção dos idosos Valdecir Matana e Joana Dorotea Pagnocelli Matana em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) adequada ao Grau de Dependência III (com suporte de enfermagem 24h), mantendo-os juntos e o mais perto possível dos sobrinhos com os quais possuem vinculação afetiva;



4. Que seja assegurado transporte adequado para o deslocamento dos idosos até a instituição contratada, com acompanhamento de profissional de saúde durante o trajeto, visando preservar sua integridade física;

5. Que seja realizada a orientação e acompanhamento do casal, mesmo após a institucionalização, a fim de que lhes sejam assegurados direitos essenciais de competência do município de origem, a depender do contrato, bem como garantir outros direitos, como a convivência familiar e comunitária;

REQUISITA-SE que informem este órgão ministerial, no prazo de 12 (doze) horas, sobre o acatamento dos termos desta recomendação, mediante envio da documentação comprobatória, ficando cientes de que a inércia será interpretada como **NÃO ACATAMENTO DA PRESENTE RECOMENDAÇÃO**.

Por fim, consigna-se que a presente Recomendação não possui força vinculante ou a obrigatoriedade própria das decisões judiciais, contudo, o seu não acolhimento poderá sujeitar as autoridades administrativas vinculadas, a eventual responsabilização, ante a violação dos princípios constitucionais de proteção à população idosa, além de constituir em mora o destinatário quanto às providências recomendadas, podendo seu descumprimento implicar na adoção de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis.

ENCAMINHE-SE a presente **RECOMENDAÇÃO** aos respectivos destinatários para cumprimento e, para ciência e publicidade¹, ao Presidente da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Paraná, ao CAOP do Idoso e, por meio de protocolo adequado, o envio para publicação junto ao Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Paraná, nos termos do Ato Conjunto n. 01/2019 - PGJ/CGMP.

Capitão Leônidas Marques/PR, datado e assinado eletronicamente.

RENATO SAMPAIO CAVALHEIRO
Promotor de Justiça

¹ Observadas as políticas de proteção dos dados instituídas pela Lei n. 13.709/18- LGPD.





Documento assinado digitalmente por **RENATO SAMPAIO CAVALHEIRO**,
PROMOTOR DE JUSTICA ENTRANCIA INICIAL em 15/12/2025 às 19:01:54,
conforme horário oficial de Brasília, com emprego de certificado digital emitido no
âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de
outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://apps.mppr.mp.br/ords/f?p=121:6> informando o código verificador **5444903** e o
código CRC **1307207817**
